

VOLUME XLIV — N.ºs 1 e 2

R E V I S T A
DA FACULDADE
DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



2 0 0 3



Coimbra Editora

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Periodicidade semestral
XLIV — N.ºs 1 e 2 - 2003

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente - PROF. DOUTOR MARTIM DE ALBUQUERQUE
Vogais - PROF. DOUTOR JORGE MIRANDA
- PROF. DOUTOR CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL
- PROF. DOUTOR EDUARDO PAZ FERREIRA
- PROF. DOUTOR EDUARDO VERA-CRUZ PINTO (Secretário)
- MESTRE MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO
- MESTRA ISABEL ALEXANDRE

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa — Portugal
Telefone 21 798 4600 — Telecópia 21 795 0303

EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO



COIMBRA EDITORA, LIMITADA

Rua do Arnado — Apartado 101 — 3001-951 Coimbra — Portugal
Telef. 239 85 2650 — Fax 239 85 2651

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75 611/95

Janeiro de 2005

I Doutrina

| | |
|--|-----|
| <i>Adriano Moreira</i> — Sobre o Parlamento | 9 |
| <i>João Baptista Villela</i> — <i>Res utenda locata e res fruenda locata</i> | 15 |
| <i>J. Oliveira Ascensão</i> — A Teoria Geral do Negócio Jurídico e o negócio testamentário..... | 31 |
| <i>J. Oliveira Ascensão</i> — Intervenções no Genoma Humano — validade ético-jurídica | 45 |
| <i>J. Oliveira Ascensão</i> — Aspectos jurídicos da distribuição em linha de obras literárias, musicais, audiovisuais, bases de dados e produções multimédia | 65 |
| <i>Paulo de Pitta e Cunha</i> — A perspectiva da Constituição europeia..... | 73 |
| <i>Luís de Lima Pinheiro</i> — Cláusulas típicas dos contratos do comércio internacional | 83 |
| <i>Paulo Câmara</i> — O Regime Jurídico das Obrigações e a Protecção dos Credores Obrigacionistas | 109 |
| <i>Rui Guerra da Fonseca</i> — Notas sobre o ensino do Direito Romano..... | 143 |
| <i>Eduardo Lucas Coelho</i> — Depoimento de uma bebé..... | 153 |
| <i>Antonio F. Perez</i> — The Impact of Economic Integration on Choice of Law Doctrine — Lessons from the Interaction of U.S. Federalism and Choice of Law for the Evolutions of Private International Law within the Context of EU Integration..... | 159 |
| <i>Germana de Oliveira Moraes</i> — A Reforma Previdenciária Brasileira e o direito adquirido. O conteúdo das regras de transição e seus destinatários | 169 |
| <i>Carlos Alberto Alvaro de Oliveira</i> — Poderes do Juiz e visão cooperativa do processo..... | 179 |

II Legislação

| | |
|---|-----|
| <i>J. Oliveira Ascensão</i> — Bases para uma transposição da Directriz n.º 00/31, de 8 de Junho (comércio electrónico)..... | 215 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| <i>Jorge Miranda</i> — Parecer sobre a Reforma do Sistema Eleitoral relativo à Assembleia Legislativa Regional dos Açores | 253 |
|---|-----|

III Jurisprudência

| | |
|---|-----|
| <i>Daniel de Bettencourt Rodrigues Morais</i> — O Acórdão <i>Micheletti</i> e as suas repercussões em matéria de Direito da Nacionalidade dos Estados-membros | 269 |
|---|-----|

IV Trabalhos de alunos

| | |
|--|-----|
| <i>Armando L. Silva Rocha</i> — O n.º 1 do artigo 11.º da Constituição da República Portuguesa: ausência de recepção normativa | 351 |
| <i>Pedro Delgado Alves</i> — O “meu” Deputado — Personalização e proporcionalidade na eleição da Assembleia da República..... | 361 |

V Vida Universitária

| | |
|--|-----|
| <i>J. Oliveira Ascensão</i> — Palavras que proferi na homenagem que me foi prestada em sessão do conselho científico | 415 |
| <i>Jorge Miranda</i> — No doutoramento <i>honoris causa</i> do Prof. Doutor Giuseppe De Vergottini..... | 417 |
| <i>Jorge Miranda</i> — Relatório da actividade pedagógica e científica, no período de 1998 a 2002..... | 421 |
| <i>Jorge Miranda</i> — Parecer sobre o relatório de actividade científica e pedagógica da Doutora Maria Luísa da Conceição Duarte, respeitante ao quinquénio iniciado em 19 de Dezembro de 1997 | 451 |
| <i>Jorge Miranda</i> — Resumo da apreciação oral do relatório sobre o programa, os conteúdos e os métodos do ensino de Direito Constitucional II (Direitos Fundamentais) apresentado, em provas para obtenção do título de agregado, pelo Doutor Paulo Ferreira da Cunha | 457 |
| <i>Jorge Miranda</i> — Na atribuição do grau de Doutor <i>Honoris Causa</i> pela Universidade Católica de Lovaina | 461 |
| <i>Jorge Miranda</i> — Arguição da dissertação de doutoramento do Mestre Nuno Piçarra, intitulada <i>O inquérito parlamentar e os seus modelos constitucionais — O caso português</i> | 465 |
| <i>Maria da Conceição Freire Feiteiro</i> — Na abertura do ano Académico de 2002-2003..... | 475 |
| <i>Luís Menezes Leitão</i> — No Aniversário do Prof. Doutor Oliveira Ascensão | 479 |

| | |
|---|-----|
| <i>Luís Menezes Leitão</i> — Evocação do Prof. Doutor António Marques dos Santos | 481 |
| <i>Luis Menezes Leitão</i> — Palavras de Recepção à Presidente da Irlanda | 485 |
| Relatório do Conselho Directivo — Março de 2002 / Janeiro de 2003 ... | 487 |
| Apresentação: Colóquio | 495 |
| <i>Adriano Moreira</i> — A jurisdição penal internacional..... | 499 |
| <i>José Medeiros Ferreira</i> — Os acontecimentos do 11 de Setembro: que leituras?..... | 507 |
| <i>Moustafa Y. Soliman</i> — The September 11 events. Causes and Consequences | 513 |
| <i>Christian Walter</i> — Zur völkerrechtlichen Beurteilung der Reaktion der USA auf die Terroranschläge auf New York und Washington..... | 523 |
| <i>Eduardo Correia Baptista</i> — A Nova Tipologia dos Conflitos Internacionais: O uso da força contra grupos armados e os conflitos no Afeganistão e no Iraque | 533 |
| <i>Ana Maria Guerra Martins</i> — Algumas implicações do 11 de Setembro de 2001 na ordem jurídica internacional..... | 581 |
| <i>Peter Weiss</i> — Terrorism, counterterrorism and international Law | 611 |
| <i>Maria Fernanda Palma</i> — Tribunal Penal Internacional — Evoluções previsíveis ante os problemas da guerra de agressão, da “legítima defesa preventiva” e do terrorismo | 627 |
| <i>Frank Schorkopf</i> — Kampf gegen den Terrorismus, Afghanistankrieg und Völkerrecht — Juristische Aspekte der Bekämpfung des Terrorismus mit nicht-militärischen Massnahmen..... | 643 |
| <i>Jorge Miranda</i> — Os Direitos Fundamentais e o Terrorismo: os fins nunca justificam os meios, nem para um lado, nem para o outro. | 649 |
| <i>Paulo de Pitta e Cunha</i> — Em busca de uma nova ordem económica internacional..... | 663 |

NOTA DA REDACÇÃO: Por razões alheias ao Autor (Prof. Doutor Ruy de Albuquerque) o artigo “Para uma revisão da ciência jurídica medieval: a integração da *auctoritas* poética no discurso dos juristas (*ars inveniendi*)”, será publicado na íntegra no próximo número da Revista.

NA ABERTURA DO ANO ACADÉMICO DE 2002-2003

MARIA DA CONCEIÇÃO FREIRE FEITEIRO (*)

Gostaria de começar por cumprimentar de forma simples mas sincera o Magnífico Reitor e a equipa Reitoral, Representantes dos vários Corpos da Universidade e todos os Convidados.

Meus Senhores:

Para a sessão pública de abertura do ano académico coube-nos a nós, Faculdade de Direito, no âmbito de um processo de rotatividade e em representação do corpo não docente desta Universidade, dar as boas vindas a todos — Alunos, Docentes e não Docentes — em especial aos que pela primeira vez transpõem as portas desta Universidade.

A Universidade, para além de ser um espaço que visa a formação técnica e científica daqueles que a frequentam, não deixa de ser também um local onde se incutem os valores sociais, culturais e morais que permitem, a todo o tempo, uma melhor convivência na sociedade democrática actual.

A democracia é uma vivência no respeito por todos os membros da comunidade, onde cada um tem o seu espaço e a sua representação. Representamos o corpo não docente, suporte da estrutura administrativa e técnica, imprescindível à nobre missão da Universidade.

A Universidade tem pela frente duras batalhas e grandes desafios a vencer, nomeadamente a batalha da autonomia e o grande desafio de formar cidadãos aptos a contribuir para o desenvolvimento do país e o bem estar das populações.

Para vencer os desafios que tem pela frente, a Universidade precisa de dispor dos meios técnicos, humanos e materiais, necessários ao exercício da autonomia. Não esquecendo nunca que o seu maior bem são as pessoas que nela trabalham e estudam.

(*) Funcionária da Faculdade de Direito de Lisboa. Representante do Corpo não Docente da Universidade de Lisboa.

Palavras proferidas na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa por ocasião da Cerimónia Solene de Abertura do Ano Académico de 2002-2003 (12 de Novembro de 2002).

A autonomia vive-se dia após dia e cimenta-se através de pequenos grandes nadas na vida das Instituições. Cremos (acreditamos) que olhar como pares em cada órgão colegial os membros representantes de cada corpo, reforça a coesão da Instituição.

Importa ainda que os representantes de cada corpo não se arroguem o direito de substituir ou impôr a sua vontade contra a vontade de outros membros. As ideias, quando boas, impõem-se por si. As outras têm que ser impostas.

É urgente repensar a representatividade dos Corpos que congregam a Universidade de Lisboa, sendo que aquele que aqui represento reivindica desde já uma participação paritária nos órgãos de gestão com os quais tem uma afinidade directa, para que a gestão seja efectivamente democrática, participativa e coerente, enriquecida com a experiência que cada um pode dar ao todo.

Convém ter ainda presente a questão da *ratio*, que também afecta o corpo não docente e cuja revisão se impõe, não esquecendo que as funções de natureza permanente devem ser exercidas por trabalhadores do quadro, numa renovação continuada, assegurando-se assim, neste Corpo, a experiência e o saber adquiridos ao longo dos anos pelos trabalhadores que pela lei natural da vida vão dando lugar aos novos. Trata-se de saberes que não se aprendem nos livros mas se adquirem na experiência da vida diária e enriquecem as Instituições.

A formação adquirida ao longo do tempo pelo corpo dos funcionários é hoje certificada pelas entidades competentes até ao 9.º Ano. A esta vão seguir-se outras certificações de nível superior, pelo que só neste contexto se entenderá e aceitará a recente criação do Instituto para a Formação ao Longo da Vida que se espera cumpra o seu desiderato junto de todos os corpos.

A ideia de autonomia não deverá esquecer a renovação dos quadros de pessoal, adaptando-os às necessidades das instituições, e a formação profissional necessária e adequada às novas tecnologias e compatível com os novos métodos de trabalho.

Nesta perspectiva, a recente publicação do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro (*reconversão/reclassificação dos funcionários*), facultou às Instituições os instrumentos necessários para uma maior adequação entre as funções exercidas e a carreira em que o trabalhador se encontra inserido, tendo presente o aumento da eficácia dos serviços.

A Universidade deve olhar cada trabalhador como um bem fundamental. Deve olhar ao valor do trabalho que produz, obtido nomeadamente através da sua experiência e competência profissionais.

Neste sentido, seria útil promover, a recolha da experiência diferenciada das várias Unidades Orgânicas e a procura de soluções conjuntas e integradas, racionalizando procedimentos.

Responsavelmente, e em conjunto com os Órgãos onde temos assento, trabalharemos no aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão necessários ao exercício da Autonomia Universitária.

E assim, neste mundo de mudança, deixamos claro que poderão contar conosco para a renovação imprescindível a uma Universidade que tem de investir no Presente para ganhar o Futuro.

Concluimos, agradecendo ao Magnífico Reitor o respeito que tem evidenciado no cumprimento da Lei de Autonomia e Estatutos da Universidade, ao convidar-nos, uma vez mais, a ocupar a cadeira que nos é própria.

É tudo.

Muito Obrigada.